

XIII SARI



Taiwan: as dificuldades de reconhecimento internacional

Taiwan: the difficulties of international recognition

Miguel Netto Michel¹ 

¹Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil

Resumo

Taiwan, uma ilha localizada na Ásia Oriental, está enfrentando impasses nas relações internacionais, principalmente frente à hegemonia chinesa, a qual não reconhece sua independência. O objetivo da pesquisa é analisar o reconhecimento estatal de Taiwan e suas estratégias de projeção internacional por meio de parcerias com organizações e redes globais no século XXI. A pesquisa envolve uma análise das relações internacionais e sobre o direito de Estado, da busca de Taiwan por reconhecimento em um cenário marcado pela influência da República Popular da China-RPC. O método de pesquisa é dedutivo e exploratório, com uma abordagem em estudo de caso, com fontes primárias e secundárias, sendo elas notícias, jornais e artigos científicos. O não reconhecimento da soberania pela ONU, estados emergentes e potências políticas, como Estados Unidos, interferem nas relações exteriores de Taiwan. A pesquisa identifica que Taiwan tornou-se um ponto central de tensão na política internacional, especialmente diante das tentativas da RPC de reafirmar sua soberania sobre a ilha. Taiwan tem investido em parcerias com organizações não governamentais internacionais e regionais, destacando-se na defesa de valores democráticos, direitos humanos e sustentabilidade. A colaboração com essas redes oferece uma plataforma para projetar sua identidade internacional, mesmo sem reconhecimento formal.

Palavras-chave: Reconhecimento; Hegemonia; Política

Abstract

Taiwan, an island located in East Asia, is facing impasses in international relations, mainly in the face of Chinese hegemony, which does not recognize its independence. The objective of the research is to analyze Taiwan's state recognition and its strategies for international projection through partnerships with global organizations and networks in the 21st century. The research involves an analysis of international relations and state law, Taiwan's quest for recognition in a scenario marked by the influence of the People's Republic of China (PRC). The research method is deductive and exploratory, with a case study approach, using primary and secondary sources, including news, newspapers, and scientific articles. The non-recognition of sovereignty by the UN, emerging states, and political powers such as the United States interferes with Taiwan's foreign relations. The research identifies that Taiwan has become a focal point of tension in international politics, especially in light of the PRC's attempts to reaffirm its sovereignty over the island. Taiwan has invested in partnerships with international and regional non-governmental organizations, standing out in the defense of democratic values, human rights, and sustainability. Collaboration with these networks provides a platform to project its international identity, even without formal recognition.

Keywords: Recognition; Hegemony; Policy

INTRODUÇÃO

Atualmente, a China, como estado emergente e possível futura potência mundial, é um membro atuante do BRICS¹ que favorece as relações internacionais com outros estados visando a comercialização, e com isso aumentando o índice de desenvolvimento humano médio e o crescimento econômico. Entretanto, Taiwan, que é um estado insular localizado na Ásia Oriental na costa sudeste chinesa, está enfrentando impasses nas relações internacionais, principalmente frente à hegemonia chinesa, a qual não reconhece sua independência. Nesse viés, é perceptível que haja uma reflexão sobre a importância da temática.

Primeiramente, é válido ressaltar que a pesquisa tem como tema as dificuldades de reconhecimento político de Taiwan frente à hegemonia chinesa, ou seja, o objetivo da pesquisa é analisar o reconhecimento estatal da ilha e suas estratégias de projeção internacional por meio de parcerias com organizações e redes globais no século XXI. Nesse sentido, levanta-se como hipótese da pesquisa que o não reconhecimento de

¹ BRICS - é um grupo político de cooperação que tem, como membros, cinco das maiores economias emergentes do mundo: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Tem-se expandido suas atividades em duas principais vertentes: a coordenação em reuniões e organismos internacionais e a construção de uma agenda de cooperação multissetorial entre seus membros.

Taiwan pela organização das Nações Unidas-ONU, estados emergentes e potências políticas, como Estados Unidos da América, interferem nas relações políticas e comerciais de Taiwan. Frente a essa hipótese, aponta-se questionamentos perante à pesquisa: Qual é a posição política da China em relação ao Estado de Taiwan? Quais as estratégias que Taiwan adota para o reconhecimento internacional? Qual a posição de diversos países no contexto geopolítico em relação ao Estado de Taiwan?

A análise da posição de China em relação ao estado taiwanês, segundo Saraiva (2008) considera que, “o mundo contemporâneo constitui-se de vastas redes de poder, em que política, economia, sociedade e cultura se entrecruzam em escala global” (SARAIVA, et al, 2008 p.9). Com isso, é válido afirmar que a conjuntura política e histórica de emancipação do governo Taiwanês sempre esteve envolto em um emaranhado de relações internacionais. Em 1912, Taiwan estava sob domínio colonial Japonês, que só foi deposto em 1945 pela rendição do Japão no final da segunda guerra mundial. Em 1945, a república chinesa adquiriu Taiwan do Império do Japão, e inicia-se a fase de da Guerra Civil Chinesa, de 1946–1949. “Em 1949, com a derrota militar do Kuomintang pelo Partido Comunista Chinês, Mao Zedong assumiu o poder em Pequim e proclamou a República Popular da China” (PINTO, 2004, p. 60). Pinto (2004) descreve:

Como consequência, os seguidores de Chiang Kai-shek refugiaram-se em Taiwan, onde, até o início da década de 1990, defenderam a existência de “uma China”, representada pela “República”, instalada “temporariamente” na ilha, com o firme propósito, ainda, de reconquistar o continente, pela força. As autoridades de Taipé, então, decidiram, unilateralmente, em 1991, renunciar à “soberania” sobre o outro lado do estreito, limitando sua jurisdição ao arquipélago formado por Taiwan e as pequenas ilhas de Penghu, Kinmen e Matsu (PINTO, 2004, p. 60).

Atualmente, Taiwan apresenta aspectos de modernidade que causam inveja a países da Ásia-Pacífico, à organização do mercado, à forma de governança, democracia eleitoral e imprensa livre. A jurisdição da República da China está limitada à Taiwan e algumas ilhas periféricas (incluindo Penghu, Quemói e Matsu) e o país recebe reconhecimento diplomático limitado ao redor do mundo (PINTO, 2004). Com isso,

é válido ressaltar que Taiwan busca reconhecimento internacional em um cenário marcado pela crescente influência da China, nesse sentido, a pesquisa envolve múltiplos aspectos, como a política externa chinesa, a diplomacia de Taiwan, as relações com grandes potências, e a influência de instituições internacionais.

METODOLOGIA

Na metodologia adota-se o método de abordagem dedutivo, segundo Castellano (2022, online) “[...] os estudos mais teóricos em geral se alinham a uma visão dedutiva, posto que parte de uma noção dedutiva para fazer hipóteses [...]”. Nesse sentido, a pesquisa está fundamentada num estudo de caráter exploratório que se utiliza de ferramentas de revisões bibliográficas, em fontes primárias, jornais, entrevistas e fontes secundárias, artigos científicos e livros referentes a temática.

De Luca (2020) destaca a importância de analisar o contexto das relações internacionais, observando como a hegemonia chinesa pressiona outros países a não reconhecerem Taiwan, o que impacta suas políticas externas e econômicas. No entanto Koselleck (2006), em seu livro *Futuro Passado* analisa a relação entre temporalidade e a construção de conceitos políticos, como o Estado e a soberania. Utiliza-se um Estudo de caso, “uma investigação empírica que investiga um fenômeno em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (YIN, 2010, p. 39).

Aplicando essa perspectiva ao caso de Taiwan, o não reconhecimento pela ONU compromete sua capacidade de projetar um futuro soberano e autônomo, uma vez que sua existência política permanece no limbo. Segundo Koselleck (2006), a legitimação de um Estado depende tanto da memória histórica quanto de um horizonte de expectativa, ou seja, a capacidade de um povo ou nação visualizar um futuro reconhecido internacionalmente. Taiwan, sem o reconhecimento oficial, enfrenta dificuldades para consolidar sua legitimidade no cenário global, permanecendo presa a um passado de disputas e à hegemonia da China, que restringe sua projeção de

futuro como Estado independente. Isso reflete a incapacidade de alinhar seu presente com as expectativas de autonomia, tornando suas fraquezas políticas e diplomáticas mais evidentes dentro da ordem internacional.

Na primeira etapa do estudo utiliza-se como técnica de pesquisa o “Publish or Perish”, visando obter fontes bibliográficas de credibilidade. Na continuidade da pesquisa fora realizado um fichamento dos autores escolhidos identificando suas ideias principais frente a temática e, posteriormente uma análise do conteúdo e observações do reconhecimento político de Taiwan. Considera-se análise de conteúdo, “ler, compreender, analisar, interpretar e sintetizar o conteúdo do documento” (MIRANDA, 2008, p. 187).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Hegemonia chinesa

A hegemonia chinesa sobre o Estado de Taiwan fundamenta-se em fatores históricos, políticos e econômicos que relatam até o término da guerra civil chinesa, em 1949. Segundo o site governamental de Taiwan (2004), após a vitória comunista no conflito eles adiministraram a República da China (ROC) na ilha. Conseqüentemente, é perceptível que após esse acontecimento, Taiwan continua sendo território da supremacia chinesa, e suas tentativas de independência se transformaram em um foco de tensão na política global e no sistema das relações internacionais, particularmente nas tentativas da República Popular da China (RPC) de reafirmar sua soberania frente ao cenário internacional.

Primeiramente, nota-se que a RPC defende a política de “Uma Só China”, ou seja, fundamenta-se que a ilha é uma província rebelde e parte inalienável de seu território. Sendo assim, é perceptível que essa consideração orienta as relações diplomáticas da mesma, promovendo e exercendo pressão sobre outras nações para conseguir obter um ultimato nesse conflito frequente. Atualmente, nota-se que apenas um

pequeno número de países mantém relações diplomáticas formais com Taiwan, devido à influências políticas de Pequim. De acordo com a rede de estações televisivas de informação pan-europeia, a Euro News (2023), a União Europeia (UE) reconhece a política criada pela RPC, porém, ainda mantém relações informais com Taiwan. Segundo uma entrevista de um porta-voz da comissão europeia: “De acordo com a política da UE de “Uma só China” e a Estratégia Indo-Pacífico, a UE continuará a dialogar com Taiwan em áreas de interesse comum ou global, sem qualquer reconhecimento da condição de Estado” (Euronews, 2023, n.p). Desse modo, entende-se que mesmo em questões de relevância global na área das relações internacionais e de questões de saúde e de mudanças climáticas, a ilha tem sua identidade negada frente às forças usadas pela hegemonia chinesa.

Ademais, a potência utiliza seu poder econômico como uma ferramenta para influenciar as relações internacionais com Taiwan. A dependência comercial de muitos países em relação ao mercado chinês frequentemente inibe o apoio público a Taiwan. Ao mesmo tempo, a RPC exerce pressão direta sobre empresas multinacionais, exigindo que não reconheçam Taiwan como entidade separada, ameaçando restringir seu acesso ao mercado chinês.

Apesar das pressões, Taiwan tem buscado reforçar sua identidade democrática e sua presença internacional, sob a liderança de governos pró-independência, Taiwan investiu em parcerias com países alinhados a valores democráticos, como os EUA (G1, 2022, n.p). Com isso, vale ressaltar que apesar dos esforços da soberania frente a ilha, Taiwan consegue administrar alianças constantes, mesmo que não sejam diplomáticas, e auxiliam a criar uma imagem soberana frente a um estado não reconhecido.

Portanto, a hegemonia chinesa frente a Taiwan é um reflexo do poder multifacetado da RPC e de suas ambições geopolíticas. Embora Pequim tenha demonstrado eficácia em isolar Taiwan em diversas frentes, a resistência taiwanesa e os apoios internacionais limitados, os esforços de Taiwan sugerem que o futuro do estreito continuará a ser um dos focos mais sensíveis e imprevisíveis da política global.

A análise dessas dinâmicas é essencial para compreender os desafios de Taiwan em seu esforço por reconhecimento político frente à hegemonia chinesa.

Reconhecimento internacional

“O reconhecimento (Estado ou governo) é dado após um “pedido” do “interessado”, através de uma notificação dirigida aos demais Estados” (MELLO, 2000, p. 381). No qual, os estados existentes, através de um ato, constatam o surgimento de um igual. Além disso, alguns autores identificam que o reconhecimento de um Estado ocorre quando ele possui participação na sociedade internacional. Todavia, Amaral (2011) faz uma crítica sobre o reconhecimento estatal ser subordinado à aprovação dos Estados, considerando que “o Instituto de Direito Internacional ressalta que a existência de um Estado não depende do reconhecimento dos demais Estados” (AMARAL, 2011, p. 366). Com isso, a oposição de Amaral (2011) sobre o reconhecimento internacional à subordinação de demais Estados ressalta que a independência de Taiwan não depende de outros países, já que, segundo Amaral (2011), o reconhecimento natural se constitui através da presença de três fatores: população, território e governo.

É válido ressaltar que Taiwan possui um governo nacionalista (Kuomintang, KMT), desde 1949 quando após o final da Guerra Civil Chinesa o mesmo se refugiou na ilha após a vitória do Partido Comunista Chinês no continente, desenvolvendo Taiwan como uma entidade política separada, apesar de não ser amplamente reconhecida como um Estado soberano. Nota-se que Taiwan opera como um Estado de fato, com governo, sistema jurídico e forças armadas próprias, mas que não declara formalmente sua independência devido à problemática. O governo é baseado em uma Constituição republicana promulgada em 1947, que foi originalmente criada para toda a China.

O sistema é composto por cinco poderes: executivo, legislativo, judicial, de controle e examinador. O presidente é o chefe de Estado e governo, eleito diretamente pelo povo desde 1996. Sendo os principais partidos políticos são Kuomintang (KMT), historicamente dominante, defende relações mais próximas com a China continental

e uma política de “status quo”, e o Partido Progressista Democrático (DPP) que representa as forças pró-independência e tem promovido uma identidade taiwanesa distinta da chinesa (ALBERT, 2016). Porém, o reconhecimento incondicional é a regra nas relações internacionais, fato que constitui um poderoso instrumento para a China impor a sua hegemonia na política externa não reconhecendo Taiwan.

Dificuldades e estratégias de Taiwan

Primeiramente, nota-se que Taiwan possui baixa participação em instituições internacionais, isso se deve ao fato de que desde 1971, quando a RPC assumiu o assento da China nas Nações Unidas (ONU), Taiwan perdeu sua posição como membro dessa organização e de suas agências afiliadas (TAIWAN, 2004, n.p). Com isso, a oposição determinada de Pequim impede que Taiwan participe como membro ou mesmo como observador em agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU), como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO) (SRINIVAS; MATTOO, 2022).

Além disso, as pressões comerciais da China fomenta a problemática de Taiwan não conseguir manter relações diplomáticas. Segundo Custer (2025), em 2015 vinte e dois (22) países mantinham relações diplomáticas plenas com Taiwan, entretanto em 2025 são somente doze (12). Dez países mudaram de posição desde 2016, metade desses países que romperam relações diplomáticas eram da América Latina, incluindo Panamá (2017), República Dominicana (2018), El Salvador (2018), Nicarágua (2021) e Honduras (2023), por pressões comerciais da China (CUSTER, 2025). Sendo assim, o status da China como hegemonia permite criar obstáculos para o não reconhecimento estatal de Taiwan.

As barreiras impostas pela China, desde a política realizada em 1949, prejudica bastante o cenário sociopolítico-econômico de Taiwan, trazendo desafios de questão de saúde e estatal. O fato de instituições internacionais recusarem ajudar a ilha por causa de uma potência já estabelecida e de ter uma política contra a independência

do país reflete à teoria do neorealismo, onde é possível notar que as organizações internacionais não possuem o controle da situação, apenas pelo fator da China ter comércio internacional e possuir o status de uma crescente hegemônica. Desse modo, Taiwan necessita de uma projeção de sua representatividade no cenário internacional, investindo no destaque

A estratégia fundamental de Taiwan para superar seu isolamento diplomático formal é o uso do Soft Power, que consiste na capacidade de influenciar por meio da atração e da persuasão. Portanto, o sucesso da estratégia taiwanesa reside em priorizar temas culturais e valores democráticos em suas comunicações internacionais, explorando sua imagem como uma sociedade aberta e próspera, em vez de focar na busca pelo reconhecimento formal que permanece bloqueado (RAWNSLEY, 2014).

Taiwan se destaca mundialmente por iniciativas em sustentabilidade com enfoque em energias renováveis, gestão de resíduos, transporte sustentável e educação ambiental. Estabeleceu uma meta de gerar 20% de sua eletricidade a partir de fontes renováveis até 2025, priorizando energia solar e eólica (GVA NEWS, 2024).

Através do Fundo Internacional de Cooperação e Desenvolvimento (TaiwanICDF), Taiwan fornece assistência ao desenvolvimento a outros países, no Pacífico, na Ásia, na África, na América Latina e no Caribe, com o objetivo de ajudar os países nessas regiões a alcançar energia limpa, segurança e estabilidade alimentar, agricultura sustentável, melhor educação, saúde e bem-estar (TAIWAN, 2018).

Por tudo isso, identifica-se que Taiwan possui um destaque na defesa de valores democráticos, direitos humanos e sustentabilidade, como exemplo a democratização política, e a preservação da cultura tradicional chinesa. Consequentemente, essas estratégias frente às dificuldades impostas pelo governo chinês oferece um caminho para projetar a sua presença obrigatória no cenário internacional.

Análise das relações exteriores de Taiwan

Em 2010, a República da China assina o Economic Cooperation Framework Agreement (ECFA), Acordo-Quadro de Cooperação Econômica entre os Estreitos com a

China para institucionalizar as relações econômicas e comerciais através do Estreito de Taiwan, facilitando o comércio internacional (TAIWAN, 2004). Com isso, enfatiza-se que a posição geopolítica de Taiwan permite relações comerciais favoráveis com diversos países, como Paraguai e Estados Unidos da América, desse modo, deve-se realizar uma análise à países que possuem fortes indícios à participação em questões políticas e econômicas, e também é necessário observar o contexto global de Taiwan pelos olhos de instituições internacionais a qual se encaixa em um cenário de não reconhecer o país como um Estado, devido ao fato da ONU, influenciado pela hegemonia chinesa, de não reconhecimento da ilha.

Análise estratégica: Estados Unidos e Paraguai

As relações comerciais entre Estados Unidos, Paraguai e Taiwan são marcadas por diferenças significativas, refletindo os interesses estratégicos e políticos de cada país. Os EUA apoiam a autodefesa de Taiwan, fornecendo armamento e suporte militar, enquanto reconhecem diplomaticamente a China continental e mantêm relações com Taiwan por meio de canais não-oficiais. A ilha é estratégica para os EUA, pois funciona como uma barreira contra a influência chinesa na Ásia e é um centro vital para a produção de semicondutores avançados, já que:

[...] durante entrevista concedida a emissora de televisão ABC, o entrevistador perguntou ao Presidente se, em caso de um ataque chinês a Taiwan, os Estados Unidos reagiriam com força militar para defender ilha?. O Presidente respondeu que o governo norte-americano faria “o que fosse preciso para ajudar Taiwan a se defender”. No mesmo dia, em entrevista a Associated Press, o Presidente afirmou que o emprego da força militar pelos Estados Unidos na questão de Taiwan “é claramente uma opção”. A posição do governo Bush demonstrava a inclinação de Washington em favor de Taipei, tanto em função do alto volume e qualidade dos armamentos oferecidos, quanto ao fato do TRA não prever – explicitamente – o emprego das forças armadas norte-americanas na defesa de Taiwan. Com isso, o Presidente Bush afastou-se da posição tradicional da Casa Branca, pois desde 1979 Washington vinha adotando uma postura de “ambigüidade estratégica” quanto ao uso da

força militar na defesa de Taiwan. Em 28 de abril, o vice- Presidente Richard Cheney, em entrevista a Larry King (CNN), declarou que a “ambigüidade pode ser exatamente a coisa errada a fazer na questão de Taiwan” (JÚNIOR, 2006, p. 90).

Entende-se que existe uma convicção política dos Estados Unidos, devido a laços históricos, de não abandonar Taiwan à mercê de Pequim. Durante grande parte da Guerra Fria, Taipei e Washington foram aliados na oposição à China comunista. Contudo, posteriormente, os EUA se aproximaram da China comunista quando esta se distanciou da antiga União Soviética. Hoje em dia, os americanos passam a encarar a ascensão do regime de Pequim com profunda desconfiança, Taiwan, por outro lado, é considerado um parceiro estratégico importante, que compartilha dos mesmos princípios e valores (G1, 2022, n.p).

Em relação ao Paraguai, sua análise estratégica desfruta de uma relação especial com a ilha, fundamentada na diplomacia e no comércio, estabelecendo como um dos poucos países que reconhecem oficialmente Taiwan como uma nação soberana. A principal pauta comercial entre os dois países envolve a exportação de commodities paraguaias, como carne suína, que encontram em Taiwan um mercado estável e diferenciado, em contrapartida, Taiwan oferece ao Paraguai investimentos em tecnologia, infraestrutura e assistência técnica, sobretudo no setor agrícola (PINHEIRO-MACHADO, 2010). Essa parceria tem sido vantajosa para o Paraguai em termos de acesso a mercados e apoio técnico, mas também cria desafios, como a pressão exercida pela China, que busca romper os laços paraguaios com Taiwan, oferecendo potenciais benefícios econômicos.

A comparação entre os dois países demonstra como os interesses comerciais com Taiwan estão entrelaçados com questões geopolíticas. A relação com os Estados Unidos é estratégica, pois a ilha desempenha um papel central no equilíbrio de poder no Indo-Pacífico, além de ser vital para a cadeia global de tecnologia. No entanto, percebe-se que Paraguai possui um alinhamento à Taiwan que representa uma alternativa econômica e diplomática importante, mas que implica custos em termos de oportunidades de comércio com a China.

Análise política das instituições internacionais

Atualmente, sabe-se que o contexto da ilha no cenário mundial é focado por tensões econômicas e políticos. Segundo o site governamental taiwanês, desde 1971, quando a RPC assumiu o assento da China nas Nações Unidas (ONU), “[...] a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova a Resolução 2758 da ONU, reconhecendo a República Popular da China (RPC) como o único representante legítimo da China no órgão global. A ROC retira-se da ONU.” (TAIWAN, 2004, n.p, tradução nossa). Logo, Taiwan perdeu sua posição como membro dessa organização e de suas agências afiliadas, sendo necessário observar o comportamento das instituições internacionais e seus posicionamentos frente à política dita pela hegemonia chinesa.

Além da alegação da RPC de representar toda a China, sempre houve uma presença taiwanesa separada dentro dessas entidades, mas Pequim exerceu uma grande pressão para assegurar que Taipé, como estado, permanecesse na periferia como parte do Japão. Consequentemente, Taiwan não pode participar oficialmente em discussões internacionais chave, mesmo quando sua expertise, como em saúde pública e gestão de crises, é amplamente reconhecida. Os opositores de Taiwan também a impedem de participar de outras organizações internacionais, além da ONU. Na Organização Mundial do Comércio (OMC) e na Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), a ilha é representada sob nomes alternativos, incluindo “Território Aduaneiro Separado de Taipé, Penghu, Kinmen e Matsu” e “Taipé Chinês”. Com isso, nota-se que essa estratégia resulta em um tipo de presença, mas não na proeminência política e respeito necessários para ter um impacto significativo nas políticas.

Contrariando o Partido Comunista Chinês (PCC), Taiwan investiu em parcerias com ONGs internacionais e regionais e está bem posicionada para promover valores democráticos, direitos humanos e sustentabilidade. Trabalhar com essas redes oferece uma oportunidade de divulgar sua imagem internacional mesmo na ausência de reconhecimento oficial. Desse modo, continuando-se em uma corda bamba entre princípios e pragmatismo, o caminho ampliaria a tensão inerente à aspiração de Taiwan de integrar instituições internacionais que contribuem para a ordem global.

CONCLUSÃO

A partir dos objetivos da pesquisa identifica-se que Taiwan tornou-se um ponto central de tensão na política internacional, especialmente diante das tentativas da RPC de reafirmar sua soberania sobre a ilha. A RPC sustenta a política de “Uma Só China”, que afirma que Taiwan é uma província rebelde e parte inalienável de seu território. Este princípio molda as relações diplomáticas da RPC, com incentivos e pressões sobre outros países para que não reconheçam Taiwan como um Estado soberano.

A hegemonia chinesa também se manifesta na tentativa de isolar Taiwan de organizações internacionais. Taiwan enfrenta dificuldades para participar de organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e outros, mesmo em questões de relevância global, como saúde pública e mudanças climáticas. Atualmente, apenas um pequeno número de países mantém relações diplomáticas formais com Taiwan, devido à influência econômica e política de Pequim (CHEN, 2022). Paraguai e Estados Unidos são discutidos na pesquisa devido às suas relações comerciais. Entretanto, apenas Paraguai apoia Taiwan como uma nação soberana, enquanto os Estados Unidos a considera um parceiro geoestratégico vital, um importante parceiro comercial e um aliado de defesa não-oficial.

Em relação de instituições internacionais à Taiwan, destaca-se dificuldades na participação, devido ao fato das Nações Unidas não a reconhecer internacionalmente, com isso, essa estratégia do país em entrar em instituições governamentais, mesmo sem reconhecimento estatal, corrobora em gerar uma presença sem respeito, mesmo quando a ilha é amplamente reconhecida por possuir expertise em vários aspectos.

É perceptível que Taiwan enfrenta obstáculos em organizações internacionais, devido a influência hegemônica chinesa, Taiwan tem investido em parcerias com organizações não governamentais internacionais e regionais, destacando-se na defesa de valores democráticos, direitos humanos e sustentabilidade, como exemplo a democratização política, e a preservação da cultura tradicional chinesa. A colaboração com essas redes oferece uma plataforma para projetar sua identidade internacional, mesmo sem reconhecimento formal.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Eleanor. China-Taiwan Relation. **Council on Foreign Relations**, p. 6, dez 2016.
- AMARAL, Alberto do. **Curso de Direito Internacional Público**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2011.
- BRITISH BROADCASTING NEWS BRASIL. **Resumo: por que China não invade Taiwan?** BRASIL, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60683106>. Acesso em: 18 mar. 2025.
- CASTELLANO, Igor. **Categorias Metodológicas Fundamentais**. Material didático produzido para a disciplina ERI1023 - INTRODUÇÃO À METODOLOGIA PARA RELAÇÕES INTERNACIONAIS do curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: UFSM, 2022.
- CHEN, Yu-Jie. "One China" Contention in China-Taiwan Relations: Laws, Politics and Identity. **The China Quarterly**, n. 252, p. 1025–104, dez 2022.
- CUSTER, Samantha. PRC Influence and the Status of Taiwan's Diplomatic Allies in the Western Hemisphere. **W&M's Global Research Institute**, mar 2025.
- DE LUCA, Tânia Regina. **Práticas de pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2020.
- EURO NEWS. **Como se relaciona a UE com Taiwan, que não reconhece como Estado?** FRANÇA, 2023. Disponível em: <https://pt.euronews.com/my-europe/2023/04/13/como-se-relaciona-a-ue-com-taiwan-que-nao-reconhece-como-estado>. Acesso em: 21 mar. 2025
- GVA NEWS. **Como Taiwan trabalha a sustentabilidade em seu território**. BRASIL, 2024. Disponível em: <https://globalvisionaccess.com/como-taiwan-trabalha-a-sustentabilidade-em-seu-territorio/>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- G1. **Qual é a relação de Taiwan com os EUA?** BRASIL, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/08/04/qual-e-a-relacao-de-taiwan-com-os-eua.ghtml>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- JÚNIOR, Arthur Coelho Dornelles. **A Questão de Taiwan**: suas implicações políticas e militares para as relações entre Estados Unidos-Taiwan-China (1991-2004). 2006. 147 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto & PUC-RIO, 2006.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Uma ou duas Chinas? A "questão de Taiwan" sob o ponto de vista de uma comunidade chinesa ultramar (Ciudad del Este, Paraguai). **Civitas**, n. 3, p. 468–489, dez 2010.
- MELLO, Celso de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2000.

MIRANDA, Francisco Alía. **Técnicas de investigación para historiadores**. Las fuentes de la Historia. Madrid: Síntesis, 2008. 461 p.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. Taiwan: um futuro formoso para a Ilha? Aspectos de segurança e política. **Revista Brasileira De Política Internacional**, n. 47(2), p. 59–99, 2004.

RAWNSLEY, Gary D. Taiwan's Soft Power and Public Diplomacy. **Journal of Current Chinese Affairs**, v. 43, n. 3, p. 107–134, 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/186810261404300307>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SARAIVA, J. F. S. (Org.) **História das Relações Internacionais Contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à era da Globalização. São Paulo: Saraiva, 2008

SRINIVAS, Sitara; MATTOO, Shashank. **Taiwan's Battle for Diplomatic Space**. Observer Research Foundation, 22 set. 2022. Disponível em: <https://www.orfonline.org/research/taiwan-s-battle-for-diplomatic-space>. Acesso em: 10 nov. 2025.

TAIWAN. **Government Portal of the Republic of China (Taiwan)**. Taiwan.gov.tw. Taiwan, 2004. Disponível em: https://www.taiwan.gov.tw/content_3.php. Acesso em: 13 out. 2024.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Autoria

1 Miguel Netto Michel

Graduando em Relações Internacionais

<https://orcid.org/0009-0001-0984-6710> • miguelnettomichel@gmail.com

Como citar este artigo

MICHEL, M. N. Taiwan: as dificuldades de reconhecimento internacional. **InterAção**, Santa Maria, v. 17, n. 2, e96373, p. 1-16, jun. 2026. DOI 10.5902/1980509896373. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5902/2357797596373>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.

Artigo da XIII SARI

XIII Semana Acadêmica de Relações Internacionais (SARI)

A XIII SARI foi organizada pelo Diretório Acadêmico de Relações Internacionais, ocorreu entre os dias 10 e 14 de novembro de 2025, na Universidade Federal de Santa Maria, reunindo estudantes, pesquisadores e especialistas em torno de uma programação diversificada. O evento contou com palestras que abordaram temas relevantes e contemporâneos, como crime organizado, conflitos internacionais, direitos humanos, tecnologias emergentes, guerra cibernética, construção da paz e questões relacionadas à Amazônia e ao meio ambiente, entre outros.

Alinhada ao tripé fundamental das instituições de ensino superior - ensino, pesquisa e extensão -, a XIII SARI reafirma a importância da universidade como espaço de produção e democratização do conhecimento científico, além de contribuir para a formação acadêmica e o desenvolvimento pessoal dos(as/es) estudantes. Em uma dimensão mais ampla, o evento reflete o papel social da universidade; em uma perspectiva mais específica, destaca-se por ampliar o repertório dos discentes e apresentar a diversidade temática presente no campo das Relações Internacionais, especialmente para aqueles que estão em início de curso.

Nesse sentido, a temática abrangente da XIII SARI permitiu não apenas a introdução dos estudantes a diferentes áreas de estudo, mas também a valorização de temas ainda pouco explorados na grade da UFSM, por meio da participação de especialistas de diversas áreas do conhecimento. Além disso, o evento se destacou por incentivar o protagonismo estudantil, uma vez que foi organizado por estudantes e voltado para estudantes, promovendo tanto a participação ativa quanto o engajamento crítico.

Como marco importante desta edição, destaca-se a retomada dos painéis temáticos com apresentação de trabalhos acadêmicos dos próprios alunos - prática que não ocorria há cerca de dez anos -, acompanhada da previsão de publicação em anais do evento, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais - Ana Lélia (NEPRI/UFSM). Essa iniciativa reforça o compromisso da SARI com a produção científica e com a valorização das vozes estudantis dentro da universidade.

